

MEGAEVENTOS E DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NO RIO DE JANEIRO, 1919-2016¹

Christopher Gaffney

RESUMO: Este artigo examina como os discursos sobre o desenvolvimento urbano e a disciplina sócio-espacial são manipulados para promover projetos de infraestrutura associados aos megaeventos internacionais no Rio de Janeiro. Nos últimos anos, o Município e o Estado do Rio de Janeiro investiram bilhões de dólares em infraestruturas esportivas, turísticas, de transporte e de segurança para os Jogos Pan-americanos e centenas de milhões de dólares para a Copa do Mundo de 2014, além de duas candidaturas para Jogos Olímpicos. Ao analisar a trajetória histórica dos megaeventos no Rio de Janeiro, percebemos mudanças profundas nos projetos ideológicos relativos aos eventos esportivos. Eles se transformaram, discursivamente e materialmente, de noções de inclusão social e de democracia industrial no meio do século XX para contemplar as exigências sócio-espaciais do capital em um período de globalização desenfreada. Ao final, sugerimos que os megaeventos impõem uma “doutrina de choque” neoliberal, instalando formas de governo extralegal e transformando permanentemente o espaço social do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Disciplina sócio-espacial. Infraestrutura. Megaeventos. “Doutrina de choque”. Rio de Janeiro.

MEGA-EVENTS AND SOCIO-SPATIAL DYNAMICS IN RIO DE JANEIRO, 1919-2016

ABSTRACT: This article examines the ways in which discourses of urban development and socio-spatial discipline are wrapped around infrastructure development projects associated with recent, future, and proposed international mega-events in Rio de Janeiro. In the past few years the city and state governments of Rio de Janeiro invested billions of dollars in sporting, tourist, transportation and security infrastructures for the 2007 Pan American Games and hundreds of millions of dollars preparing for the 2014 World Cup and bidding (twice) for the 2016 Olympics. By looking at the historical trajectory of mega-events in Rio de Janeiro, I argue that there has been a discernable shift in the ideologies that drive the production of mega-events in the city. These logics have discursively and materially shifted from more localized expressions of notions of social inclusion and industrial democracy in the mid-20th century to reflect the socio-spatial exigencies of capital in a period of accelerated globalization. I suggest that mega-events impose a neo-liberal “shock doctrine”, installing temporary regimes of extra-legal governance that

¹ Este texto é baseado em um artigo publicado originalmente em inglês, no *Journal of Latin American Geography*: GAFFNEY, Christopher. Mega-events and Socio-Spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of Latin American Geography*, v. 9, n. 1, p. 7-29, 2010. Tradução para o português: César Teixeira Castilho (Grupos de Pesquisa LUCE/UFMG/CNPq e SPOTS/Université de Paris-Sud).

permanently transform socio-space in Rio de Janeiro.

Keywords: Development. Socio-spatial discipline. Stadiums. Infrastructure. Mega-events. Shock doctrine. Rio de Janeiro.

MEGA-EVENTOS Y DINÁMICA SOCIO ESPACIAL EN RÍO DE JANEIRO, 1919-2016

RESUMEN: Este artículo examina cómo se manipulan los discursos sobre el desarrollo urbano y la disciplina socio-espacial para promover proyectos de infraestructura asociados con mega eventos internacionales en Río de Janeiro. En los últimos años, la Ciudad y el Estado de Río de Janeiro invertido mil millones de dólares en infraestructura deportiva, el turismo, el transporte y la seguridad de los Juegos y cientos de millones de dólares para el Mundial de 2014 Panamericanos, y dos solicitudes de los Juegos Olímpicos. Mediante el análisis de la trayectoria histórica de mega eventos en Río de Janeiro, vemos cambios profundos en proyectos ideológicos relacionados con eventos deportivos. Se convirtieron, discursivamente y materialmente, de la inclusión social y las nociones de democracia industrial en el medio del siglo XX para contemplar el espacio de los requerimientos de capital en un período de globalización desenfrenada social. Al final, se sugiere que los mega-eventos imponen una "doctrina del shock", formas neoliberales instalación de gobierno extralegal y transformar permanentemente el espacio social de Río de Janeiro.

Palabras-clave: Desarrollo. Disciplina socio-espacial. Estadios. Infraestructura. Mega-eventos. La doctrina del choque. Rio de Janeiro.

Megaeventos esportivos e seus aspectos teóricos

Os megaeventos esportivos não são costumeiramente uma temática estudada por geógrafos, no entanto, são questões que envolvem processos dispendiosos, complexos e transformadores dos países e cidades-sede. No caso dos Jogos Olímpicos de Verão (JO) ou dos Jogos Pan-Americanos, uma nova cidade emerge, uma "geografia olímpica" se despona com leis, normas, códigos, fronteiras e disciplinas próprias. Normalmente, a chamada "Vila Olímpica" se conecta aos estádios através de vias e meios de transporte públicos criados especificamente para os Jogos. Os equipamentos esportivos são interconectados com os centros de mídia, com as atrações culturais e com os centros hoteleiros por meio de maquinários políticos urbanos. Espectadores, jornalistas e atletas de origens diversas se encontram nos locais dos jogos para participarem de rituais de expressão nacionalistas e do culto da performance humana em um ambiente altamente controlado. Cada megaevento traz consigo legados de eventos do passado e juntos formam um elemento central da nossa memória global coletiva.

A escala e a extensão dos megaeventos transformam obrigatoriamente a sua

cidade-sede. Pequim 2008 e Atenas 2004, por exemplo, foram alvos de diversos casos de expropriação de habitantes de baixa renda a fim de abrir caminho para os equipamentos esportivos e as renovações urbanas. Milhares de pessoas são deslocadas, seja pela destruição física de suas casas ou pela especulação imobiliária. Uma grande infusão de dinheiro público em projetos de construção é realizada o que, em tempos normais, não seria possível, tanto pelo preço final, quanto pelos processos burocráticos. O que rege a preparação dos megaeventos é o “desenvolvimento acelerado” – um mantra que libera o dinheiro público sem críticas ao serviço do lucro privado, criando o que conhecemos como “mundo dos sonhos neoliberais” (DAVIS; BERTRAND, 2007, p. 12). É o espaço urbano reestruturado à imagem do capital global.

Diante das complexidades urbanas, sociais, culturais, econômicas, históricas, espaciais, políticas e performativas relativas aos megaeventos, concentrar-me-ei na maneira como esses eventos transformam o espaço urbano e estruturam as relações sociais, tanto materiais quanto discursivas. Parto do princípio que a produção do espaço não pode ser separada da produção das relações sociais. No contexto dos megaeventos, a produção de relações sócio-espaciais ocorrem através da modificação estrutural dos espaços urbanos. As exigências sócio-espaciais dos megaeventos são reflexos dos contextos históricos e políticos aos quais estão inseridos. Assim, para demonstrar como os elementos espaciais e discursivos dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro alteraram-se para refletir as exigências do capital global e da globalização, proponho relatar a história dos megaeventos na cidade nos últimos 90 anos.

Megaeventos têm como foco os estádios e os locais em que os jogos acontecem, mesmo que estes lugares sejam apenas parte da sua geografia. Estes complexos que surgem com a produção dos megaeventos são chamados de "constelações esportivas" (GAFFNEY, 2010). Fisicamente, as constelações esportivas são constituídas por lugares, espaços e sistemas de fluxos que os ligam. Trata-se de elementos tangíveis e físicos da cidade-sede, tais como infraestruturas de transporte, equipamentos esportivos, amenidades turísticas, centros culturais, projetos ambientais, moradias e aparatos de segurança.

Considero, neste contexto, o termo "megaevento" como um termo errôneo. Embora o termo seja academicamente útil, os megaeventos são processos disciplinares longos que incorporam mecanismos de poder espacial e social. Estes mecanismos de reforço mútuo têm racionalidade econômica e controle social com objetivos preestabelecidos. A multiplicidade de práticas e técnicas que resultam dos megaeventos são quase impossíveis de serem descritos em sua totalidade, uma vez que abrangem diversas camadas de governança, grandes mudanças urbanas, quantias inimagináveis de dinheiro público e privado, e funcionam como festivais mundiais historicamente situados. A cidade ou país-sede se adapta ao quadro discursivo dominante da instituição governante (por exemplo, COI e FIFA), acrescentando elementos específicos que maximizam a singularidade do lugar, ao passo que apelam para a universalidade

percebida do megaevento e a adequação da sua articulação ao local da organização.

Disciplina Sócio-Espacial

As práticas sociais, materiais e representacionais são inseparáveis de seus contextos espaciais. As formas, as texturas, os significados, os usos e as funções dos espaços delimitados e ilimitados são produtos de racionalidades econômicas, políticas e sociais particulares (FOUCAULT, 1995). Há algum tempo, geógrafos utilizam dos padrões de uso do território, da representação material e prática, da produção, da transformação e da reprodução das relações espaciais para identificar processos geográficos em múltiplas escalas. Uma geografia crítica dos megaeventos aborda necessariamente a racionalidade instrumental do acolhimento do evento, sua dinâmica sócio-espacial imposta e suas possibilidades de desenvolvimento de alternativas socialmente justas (BROUDEHOUX, 2007; GOLD; GOLD, 2007; LENSZYJ, 2008).

O poder opera por meio da criação de espaços governáveis que são inseparáveis de suas formações materiais e representacionais, onde a criação de espaços governáveis também produzem indivíduos governáveis (BOBROW-STRAIN, 2007; LEFEBVRE, 1977). Assim, o surgimento de constelações esportivas na paisagem urbana é produto e processo de produção de espaços governáveis e, através deles, disciplina social. Segundo Foucault (2007), as múltiplas formas e técnicas de governança operam simultaneamente para preservar as relações de poder. Essas relações assumem formas espaciais que têm efeitos duradouros sobre o exercício, a contestação e a comunicação.

Estudos recentes sobre estádios ressaltam as formas pelas quais as paisagens do esporte influenciam a questão espacial e cultural da cidade-sede. Gaffney (2008) analisou como a economia política urbana e a cultura popular se combinam aos estádios do Rio de Janeiro e de Buenos Aires influenciando as identidades culturais, os discursos nacionalistas, o desempenho da identidade ritualizada e a produção e consumo do espetáculo no espaço público. Nesta concepção, o estádio é muito mais do que uma forma material, pois representa e reproduz as estruturas sociais e práticas materiais do seu entorno. Isto porque os estádios são os elementos mais visíveis, caros e problemáticos dos megaeventos (especialmente para o público internacional), ou seja, eles podem nos revelar diversas informações a respeito dos processos envolvidos ao longo da organização do evento.

Quando focalizamos essas perspectivas nas constelações esportivas, percebemos uma multiplicidade de processos geográficos articulando-se em lugares que tendem a desviar a atenção crítica. Os discursos dominantes do esporte têm o efeito de neutralizar espaços de recreação e de lazer, colocando-os fora do âmbito da geografia crítica. No entanto, tanto quanto estádios em sistemas urbanos, estes equipamentos proporcionam uma visão privilegiada das relações de poder, pois são, ao mesmo tempo, material e simbólico, instrumental e prático, discursivo e emocional. O objetivo de usar estádios como elemento de análise da economia política urbana, das relações sociais e

dos processos culturais é expor as relações de poder subjacentes que controlam o comportamento, o espaço e as ideologias. Por conseguinte, a geografia crítica das infraestruturas esportivas procura compreender a produção, a utilização e a manutenção do poder.

Ademais, esta discussão situa os megaeventos em debates mais amplos sobre a produção e governança do espaço público na América Latina e a produção das "cidades olímpicas" (DAVIS; BERTRAND, 2007; GOLD; GOLD, 2007; HERZOG, 2006). A disciplina social e espacial tem sido reconhecida há algum tempo como temática importante no planejamento urbano latino-americano (NEEDELL, 1995; OUTTES, 2003). É importante salientar que, enquanto entidades espaciais e territórios limitados, os estádios funcionam como espaços extensíveis, conectando-se a uma influência de relações urbanas e processos em uma remoção do local (GAFFNEY, 2008). Estão inseridos em hierarquias espaciais que se relacionam com a produção social da prática desportiva local, nacional e internacional. Como examinaremos mais detalhadamente, ao considerar os estádios como instrumentos de disciplina urbana, devemos também considerar as constelações esportivas e o processo cultural e urbano historicamente situado que se relacionam com elas.

Compreendendo o estádio como um espaço disciplinar (GAFFNEY; MASCARENHAS, 2006), os projetos de megaevento no Rio de Janeiro são uma medida de mudança de concepções, de padrões e da disciplina urbana. Uma vez descrita a trajetória histórica e as realidades atuais da organização dos megaeventos no Rio de Janeiro, na conclusão, identificaremos as formas particulares em que os regimes disciplinares associados a megaeventos são imaginados, legislados, construídos e impostos na capital carioca.

Megaeventos no Rio de Janeiro, 1919-1950

O primeiro evento esportivo internacional no Rio de Janeiro foi o Campeonato Sul-americano de Futebol de 1919. Embora não possamos considerar um torneio de futebol reunindo cinco equipes como um "megaevento", este foi o primeiro evento esportivo internacional na cidade. Realizado no Estádio das Laranjeiras, de propriedade do Fluminense, a seleção nacional derrotou a equipe do Uruguai na final do torneio o que pode ser considerado como a primeira de uma série de vitórias emblemáticas da equipe do Brasil, cristalizando a identidade do país ao longo dos anos. Foi também a primeira grande intervenção urbana de grande impacto na cidade fruto direto de um evento esportivo. Um decreto presidencial ordenou o fechamento dos bancos e decretou feriado para os funcionários públicos. Ademais, permitiram a entrada de 25 mil torcedores no estádio sendo que sua capacidade era de 18 mil. O Estádio das Laranjeiras emergiu durante um longo período de reestruturação urbana, onde a paisagem urbana das épocas colonial e republicana inicial foi reformada e repensada de acordo com as visões positivistas e racionalizadas daquela época. Os estádios, tal como recipientes de práticas

sociais europeias recentemente adotadas no Brasil, funcionaram como símbolos da modernidade, levando mensagens explícitas sobre lazer, disciplina corporal e inclusão social. Quando a identidade nacional se solidificou em torno da vitória brasileira em 1919, o estádio era visto como regente dessas concepções de nação (GAFFNEY, 2008).

O Campeonato Sul-Americano de Futebol voltou a ser realizado no Rio de Janeiro em 1922 como parte da Exposição do Centenário do Brasil. A capacidade do estádio das Laranjeiras foi ampliada e, em conjunto com os edifícios da Expo-Centenário, a arquitetura do estádio representava conscientemente uma modernidade nacional aos seus próprios habitantes e ao público internacional. Um dos principais elementos da Expo-Centenário foi desenvolver "planos satisfatórios para a transformação material e estética do Rio de Janeiro com uma visão especial para as prováveis necessidades de seu desenvolvimento em um futuro mais distante" (NEW YORK TIMES, 2007). Foi também uma oportunidade única para a captação de capital estrangeiro para o Brasil. Neste sentido, percebemos uma utilização "precoce" da capacidade dos megaeventos em transformar as interações públicas e em estimular o desenvolvimento econômico através da reorganização do espaço urbano. Um dos exemplos mais emblemáticos foi a demolição do Morro do Castelo, que ocupava uma posição de destaque na cidade, cujo escombros foram utilizados para a criação de uma grande área plana, hoje ocupada pelo Aeroporto Santos Dumont. Embora percebêssemos uma tentativa dos clubes no controle dos espectadores, o estádio ainda era um ambiente rebelde e indisciplinado, já que cerca de 35 mil pessoas estiveram presentes na final de 1922 onde normalmente caberiam 25 mil.

Paulatinamente, entre as décadas de 1930 e 1940, o futebol foi se tornando um elemento central da identidade nacional. Assim, os políticos começaram a utilizar os estádios para promulgar políticas nacionais e consolidar o próprio poder. Associando-se às associações populares ligadas às arenas esportivas, o poder público interferia nas agendas públicas em espaços de lazer supostamente neutros. Todavia, é sabido que nenhum estádio pode ser considerado neutro, uma vez que tais estruturas carregam consigo importantes mensagens políticas e sociais por meio da sua arquitetura, sua localização e suas normas. Em contextos explicitamente políticos, os estádios funcionam como mecanismos através dos quais os políticos tentam organizar e controlar as relações sociais. Nesse sentido, os estádios funcionam como um espaço público instrumentalizado usado para entregar mensagens políticas. Seguindo os exemplos de Mussolini e Hitler, Getúlio Vargas foi um dos primeiros políticos brasileiros a reconhecer a utilidade dos estádios na consecução de fins políticos.

Se entendemos o urbanismo modernista e o desenvolvimento de uma infraestrutura com objetivos de disciplina e controle do espaço urbano com vistas para a aceleração econômica, a construção do Estádio Municipal do Rio de Janeiro entre 1948 e 1950 pode ser considerada como um processo decisivo na história urbanística da capital carioca. Em 1947, a FIFA designou o Brasil como sede da primeira Copa do Mundo (CM)

após a Segunda Guerra Mundial. Um dos elementos chave desse acordo foi exatamente a construção de um novo estádio na cidade. Nesse contexto, o futebol já era extremamente popular em todo o país e emergia como um dos componentes centrais da identidade cultural brasileira, notadamente nas áreas urbanas. Segundo seus organizadores, a CM de 1950 era vista como uma grande oportunidade para o Brasil para se apresentar internacionalmente – não somente em termos esportivos. Ao sediar a CM – um evento garantido pelo compromisso financeiro do Estado na construção de estádios robustos em Belo Horizonte e Rio de Janeiro – o Brasil se mostrava capaz de grandes feitos de engenharia, arquitetura e organizacional.

Além de projetar imagens da modernidade progressista para a comunidade internacional, os líderes brasileiros imaginaram que o torneio lhes permitiria implementar uma agenda política populista e progressista nos âmbitos local e nacional. O então prefeito do Rio, Sr. Mendes de Moraes, declarou que o Estádio Municipal do Rio de Janeiro era "um testemunho da capacidade produtiva dos brasileiros e de um monumento significativo que será um distintivo para os cariocas, permitindo que a cidade seja comparada aos grandes centros mundiais" (GAFFNEY, 2010, p. 13) O presidente da FIFA, Sr. Jules Rimet, comentou que "o estádio deve ser comparado ao Coliseu por causa das linhas evocativas, pela majestade dos conceitos, pela forma que simboliza a unidade de todas as nações através do esporte" (GAFFNEY, 2010, p. 13). A imprensa ecoou esses sentimentos discursivos sobre o papel do estádio na consolidação da democracia brasileira, sobre a função dos complexos desportivos para preparar corpos fortes e disciplinados para a defesa da nação e sobre a eliminação da diferença social através da "democracia elíptica" da gigantesca "tigela de concreto". O Estádio Municipal do Rio de Janeiro é considerado como o maior estádio já construído, bem como o maior projeto de estádio desde o *Circus Maximus*, na Roma Imperial.

Embora a seleção tenha sido derrotada na final da CM de 1950, o Estádio Municipal (mais tarde Estádio Mario Filho, também conhecido como Maracanã), tornou-se um dos principais ícones do Rio de Janeiro e do Brasil. O estádio simbolizou a paixão brasileira pelo esporte e destacou o papel dos monumentos arquitetônicos na comunicação de ideologias políticas e esportivas. As peças centrais desta ideologia populista foram a enorme capacidade do estádio – 179.000, aproximando-se de um décimo da população da cidade no momento da construção –, as rampas monumentais de aproximação, os assentos indiferenciados nas arquibancadas (exceto a tribuna de honra) e a seção do estádio conhecido como a geral. Este espaço popular era uma área baixa de concreto que circundava o campo. Era considerado um espaço popular e simbólico que permitia a inclusão de todos os setores da sociedade em um mesmo local. Antes do seu desaparecimento em 2005, o bilhete das gerais era vendido em média por 3 reais. Embora pouco policiada e desconfortável, as gerais possibilitavam a participação das camadas socialmente frágeis da sociedade no maior espetáculo de lazer nacional (FIGURA 1).

Figura 1: Vista das gerais, à direita, no Estádio Mario Filho (Maracanã)



Nova era da Globalização e as infraestruturas esportivas

Durante os "anos de ouro" da industrialização nacional e dos investimentos diretos em instalações esportivas públicas pelos governos local, estadual e federal, a paisagem esportiva brasileira cresceu substancialmente entre os anos 50 e 60. As conquistas da CM de 1958 e 1962 consolidaram a paixão e a identidade brasileira pelo futebol. Em 1970, quando o governo militar estava usando ativamente a seleção nacional como propaganda política interna, o Brasil tinha mais estádios com capacidade superior a 100.000 do que qualquer outro país no mundo. Os grandes estádios serviam como forma de controle dos habitantes do país. Os espaços dos estádios, espaços estes públicos, reduziam a participação individual na esfera pública, diminuindo sobremaneira o potencial de uma oposição política.

Com a construção de Brasília em 1960, o Rio passou por um longo período de recessão que só foi invertido na primeira metade do século XXI com a expansão econômica a partir de 2003. Diversos momentos de crise econômica e consequente aumento da inflação, sem falar no retorno à democracia em 1986, levaram ao agravamento dos problemas sociais urbanos no país. No Rio de Janeiro, estas crises

causaram a “sub-urbanização da classe média, o crescimento das favelas e a degradação do porto e do centro histórico da cidade” (LESSA, 2000, p. 345-348). A falta de investimento em infraestruturas públicas e o aumento da dívida pública foram elementos sintomáticos dos “choques” impostos pelas maquinações do Consenso de Washington (KLEIN, 2007, p. 112-113).

Os estádios modernistas eram reflexos de um Keynesianismo populista, proporcionando amplos espetáculos de consumo do passatempo nacional do Brasil. O Maracanã, concluído mais de uma década após a CM de 1950, gradualmente se tornou um ícone da cidade e funcionava como o maior palco do esporte nacional. No entanto, o gigante de concreto também sofreu com a negligência fruto de várias décadas de recessão. Mesmo deteriorados e obsoletos, os grandes estádios do Brasil continuavam funcionando como espaços públicos relativamente abertos e socialmente acessíveis.

Enquanto a paisagem esportiva brasileira permanecia estagnada, a paisagem global do esporte mudava drasticamente entre os anos 80 e 90. Através dos JO de Los Angeles, em 1984, novas formas de financiamento, marketing e tecnologia de comunicações combinavam-se para alterar a forma e a função dos megaeventos (ROCHE, 2000). Estes desenvolvimentos, parte de um emergente “pós-modernismo”, foram espelhados por mudanças dramáticas nas paisagens dos estádios do Reino Unido e dos Estados Unidos. No Reino Unido, após diversos incidentes mortais entre torcidas adversárias, os estádios passaram a ser regulamentados pelo poder público. Nos Estados Unidos, os estádios tornaram-se elementos centrais nos grandes projetos de reestruturação urbana (começando com as *Camden Yards* de Baltimore). Em ambos os casos, percebemos uma mudança de um modelo participativo para um consumidor de produtos, através da contratação de designers e gerentes especializados o que gerou a criação dos “estádios de assinatura” com inúmeras amenidades e um espaço rígido e com classes sociais segregadas (GAFFNEY, 2008, p. 204-206). As agências governamentais desportivas nacionais e internacionais “estiveram na vanguarda destas mudanças e tornaram-se cada vez mais influentes na formação de um sistema contemporâneo de governabilidade desportiva internacional” (ROCHE, 2000, p. 197).

Apesar da centralidade do estádio do Maracanã na paisagem esportiva nacional e do Rio de Janeiro, a mudança na economia política esportiva dos anos 90 colocou o Maracanã fora do âmbito das grandes competições internacionais. Após a CM dos Estados Unidos, em 1994, a FIFA e o COI começaram a exigir que todos os estádios utilizados para os seus eventos tivessem um certo número de áreas VIP, áreas exclusivas de estacionamento, centros de mídia padronizados e assentos individuais. Os estádios brasileiros não estavam em conformidade com nenhum destes requisitos.

Entre 1950 e 1998, o Maracanã não sofreu nenhuma modificação arquitetônica significativa, embora atraísse frequentemente multidões de mais de 100 mil pessoas. No entanto, quando o Maracanã foi sede do Mundial Interclubes em 2000, as gerais foram fechadas ao público porque o espaço era considerado “indisciplinado”, ou seja, não

funcionava de acordo com as regras internacionais que exigiam que cada espectador fosse colocado em um lugar único. A deterioração do estádio (e a hostilidade dos fãs) foi tão grave que a seleção brasileira ficou sem jogar no Maracanã entre 2000 e 2007. Ademais, “outros problemas relativos à má gestão do estádio, ao descontrole e transparência da bilheteria e falta de policiamento assolaram ainda mais a sua situação” (GAFFNEY, 2008, p. 103).

Entre 1998 e 2016, o Maracanã passou por uma série de grandes reformas para adequá-lo às normas internacionais. Essas reformas incluíram a instalação de assentos de plástico na parte superior, reduzindo sua capacidade de 179.000 para 129.000 torcedores. As reformas secundárias incluíram a introdução de áreas VIP ao longo da borda superior, o que casou a diminuição na circulação de ar e um aumento considerável na temperatura local. Estas modificações refletiram diretamente na maneira de “torcer” do brasileiro gerando um estilo “europeu” no qual o espectador não interage com o jogo, muito pelo contrário, encontra-se ainda mais distante. A terceira grande reforma – entre 2005 e 2006 – foi a extinção da geral, substituindo o local aberto por assentos individuais. Esta reforma exigiu o fechamento completo do estádio por um período de nove meses no ano de 2005, o que reduziu a capacidade total do estádio para 89.000.

Se o espaço indiferenciado da geral representava uma era e um marco na história do Brasil, quando projetos de infraestrutura no contexto de megaeventos globais foram destinados para comunicar ideias de democracia e modernidade, a continuidade dessas formas em uma nova era de globalização e neoliberalismo tornou obsoleta a arquitetura interna do estádio. A geral era um espaço que não concordava com a economia política vigente do esporte moderno, ou com as exigências impostas pelas instituições esportivas. Em conversas com os diretores da agência estadual responsáveis pela fiscalização dos estádios públicos do Rio de Janeiro, ficou claro que a reforma desses espaços no contexto dos megaeventos teve como prioridade central a arrecadação de novos investimentos de infraestrutura e a mudança no perfil econômico dos torcedores.

Estas mudanças não eram mais centralizadas no contexto populista, tais quais as ocorridas nos anos 50, mas visavam atrair turistas internacionais e, em um contexto local, alvejavam um novo tipo de consumidor esportivo. A eliminação da geral não apenas extinguiu o pouco de “popular” do estádio, mas diminuiu sua capacidade e substituiu os assentos gerais pelos assentos numerados. Estes novos assentos não são tão acessíveis para as classes populares, sendo seus bilhetes vendidos por 20 reais invés de 3. Outrossim, a instalação de câmeras de circuito fechado nas ruas e nos corredores do estádio revelam um intuito explícito dos administradores no controle e na disciplina dos torcedores. Tais ações refletem a forma através da qual o dinheiro público tem sido direcionado para as práticas do consumo privado. Isto vai ao encontro de inúmeras outras mudanças que ocorreram na cidade, transformando uma cidade para se viver e trabalhar em uma cidade para se consumir. Este “mercado de luxo é destinado a um grupo de consumidores de elite: capital internacional, visitantes e usuários com renda

disponível" (VAINER, 2000, p. 83). As reformas e as construções das paisagens esportivas são componentes centrais desta concepção da cidade.

Entre 1950 e 2007, o Rio de Janeiro não foi palco de grandes eventos esportivos internacionais, embora tenha sido candidato dos JO de 2002 e 2008. No entanto, com a chegada dos Jogos Pan-Americanos de 2007, o Rio de Janeiro iniciou um grande movimento de marketing da cidade declarando que "No Rio, o esporte é o futuro". O projeto esportivo implementado na cidade previa um discurso através do qual os megaeventos e os programas sociais associados seriam capazes de erradicar os problemas de violência urbana, de abuso de drogas e da polarização socioeconômica dos habitantes. De fato, uma das razões pelas quais o Brasil tem tido tanto sucesso no futebol internacional é que o esporte é utilizado como um dos únicos mecanismos de escape social da juventude empobrecida envolvida com a violência e a marginalização social. Milhões de jovens brasileiros sonham com a possibilidade de se tornar atleta de futebol profissional. No entanto, enquanto mais de 6.000 brasileiros estão atualmente em ligas de futebol internacionais, a grande maioria dos aspirantes do futebol amador nacional é esquecida no cenário social do país. O que percebemos é uma canalização de investimentos nas reformas dos grandes estádios, ao passo que programas educacionais e de saúde pública são deixados de lado pelo poder público.

Após a designação da cidade do Rio de Janeiro em 2002 para a organização dos Jogos Pan-americanos de 2007, os governos estadual e municipal do Rio de Janeiro negociaram com o governo federal um investimento de R\$ 5 bilhões para a construção e renovação de estádios, transporte público e modernização dos centros de comunicação (MASCARENHAS, 2006). Estes Jogos são considerados como os Jogos Pan-americanos mais caros de todos os tempos. Este valor final não inclui o gasto extra de U\$ 300 milhões voltados para a segurança pública. Nesse aspecto, foram contratados 18 mil novos policiais e a instalação de 1.700 câmeras de segurança ao redor da cidade para garantir o bom funcionamento do evento. Numa cidade marcada pela violência crônica, tais medidas disciplinares, aliada ao controle interno dos novos estádios, tinham como objetivo mostrar a capacidade organizacional da cidade, tanto para o COI, quanto para a FIFA, com vistas diretas para os JO de 2016 e a CM de 2014.

Para os Jogos Pan-americanos foram construídos novos equipamentos esportivos em recintos três "zonas olímpicas" ao redor da cidade. A grande maioria das instalações, incluindo a "Villa do Pan" localizada em áreas verdes da Barra da Tijuca, foram planejadas longe das periferias pobres situadas predominantemente no norte da cidade. Uma das prioridades do "Comitê Organizador" era a construção de uma nova linha de metrô e a melhoria da qualidade da água da Baía de Guanabara. Esses projetos foram rapidamente abandonados, já que os projetos dos estádios eram vistos como prioritários e tinham um custo superior (NEW YORK TIMES, 2007). Embora os Jogos tenham sido considerados um sucesso em termos de público e de incidentes, a paisagem social pós-evento não sofreu grandes modificações, permanecendo com os mesmos

índices de violência anteriores à competição.

Para além do aumento temporário dos empregos na área da construção e em prestação de serviços com baixa remuneração, a constelação desportiva proporcionada pelo Pan 2007 direcionou uma grande quantia de investimento público para os espaços olímpicos o que prejudicou ainda mais os programas sociais e os espaços de lazer público. De fato, a distribuição geográfica e social desigual das verbas públicas pode ter deixado muitas comunidades em situação mais degradante do que antes. Além disso, planos foram discutidos para privatizar espaços públicos, tais como o Aterro do Flamengo e a Marina da Glória. Felizmente, as associações dos bairros conseguiram cancelar estas obras, embora milhões tenham sido gastos até que esta decisão tenha sido tomada.

A “Villa do Pan”, construída com dinheiro extraído do Fundo Federal dos Trabalhadores, foi construída em um subsolo instável com as gastos bem maiores do que previsto. A maioria dos apartamentos foram vendidos rapidamente, no entanto, vários novos moradores declaram que as obras não foram finalizadas corretamente. Em outubro de 2009, o Governo Federal acusou as empresas de engenharia e construção contratadas para construir a “Villa do Pan” de desvio de verbas, pagamentos salariais indevidos, malversação contratual deliberada e serviços não entregues. O responsável dos projetos de construção dos Jogos Pan-americanos foi condenado a pagar R\$ 28 milhões aos cofres federais.

Segundo estudiosos sobre o tema, os megaeventos podem causar às comunidades envolvidas um endividamento maciço, uma redução dos espaços públicos e uma especulação imobiliária sem precedentes (GOLD; GOLD, 2007; MASCARENHAS, 2006). Tal situação foi também averiguada no contexto do Rio de Janeiro, onde a partir de outubro de 2009, somente um dos equipamentos esportivos construído para os Jogos Pan-americanos de 2007 estava aberto para uso público, ao passo que o restante havia sido privatizado (FIGURA 2).

Figura 2: Estádio Olímpico, inicialmente nomeado "João Havelange", cujo custo foi de 380 milhões de reais. Atualmente, o estádio é administrado, através de uma parceria público-privada, pela equipe do Botafogo.



Os Jogos Pan-americanos 2007 deixaram um legado social e urbano ambíguo. A produção de constelações olímpicas no Rio não entregou a prometida infraestrutura de transporte, não melhorou a situação habitacional dos habitantes pobres, não disponibilizou novas instalações esportivas para o desenvolvimento de novos atletas olímpicos e negligenciou promessas de remediação ambiental. Dezenas de milhares de policiais conseguiram controlar a violência pública na cidade por um curto período de tempo antes que as condições retornassem ao "normal". Por outro lado, o Pan 2007 proporcionou aos moradores uma oportunidade de ver de perto atletas de alto rendimento em uma variedade de disciplinas com pouca ou nenhuma expressão nacional. Ademais, proporcionou ao Comitê Olímpico Brasileiro uma valiosa experiência almejando a tão sonhada organização dos JO de 2016.

Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016

Pouco depois da "bem-sucedida" organização do Pan 2007, a FIFA concedeu ao Brasil a CM 2014. O comitê organizador local (COL) rapidamente nomeou o Maracanã como palco da final do torneio e que o Rio iria sediar o centro de mídia e comunicação do evento. A peça central do projeto do Rio era a reforma completa do complexo do Maracanã, incluindo a construção de um estacionamento com 10.000 vagas, um shopping center conectado a uma estação de transporte intermodal e uma reabilitação do estádio com cobertura completa dos assentos (SUDERJ, 2008). Este projeto orçado em

U\$ 430 milhões, destinado a atrair turistas internacionais, executivos corporativos e torcedores da elite econômica, aconteceu nas mediações da favela da Mangueira. No entanto, quaisquer melhorias nessa região não estavam previstas no projeto original da CM 2014, colocando um destino turístico internacional em dolorosa proximidade com uma área residencial de infraestrutura precária. Tais elementos são comparáveis às observações realizadas por Meade (1997) sobre o Rio de Janeiro no início do século XX, “nas quais os bairros urbanos pobres alagados, bem como a economia informal gerada pelos habitantes dessas áreas, existiam em estreita relação com a economia formal, com o Estado e com a sua cultura, mas, observavam o setor formal como abusivo e brutal.” (MEADE, 1997, p.118). Contrariamente às ideologias democráticas que estiveram presentes na CM de 1950, os discursos em torno da CM de 2014 refletem as exigências de uma economia política globalizada e neoliberal. O ministro do esporte Orlando Silva sugeriu que “a CM nos deixará muito além do que novos estádios atraentes. Os clubes poderão exigir preços de ingresso mais altos e o nosso futebol será capaz de um alto financiamento” (GAFFNEY, 2010, p. 16). Este modelo é semelhante ao modelo proposto pelos estádios norte-americanos segundo o qual o investimento público utilizado na construção das novas arenas são canalizados para a geração de lucros exorbitantes do setor privado. O então presidente do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, tinha um discurso na mesma direção do seu ministro do esporte, declarando que o financiamento estatal das infraestruturas da CM “é mais do que uma promessa feita pelo atual governo, é um promessa feita pelo Estado para mostrar ao mundo que o Brasil é um país organizado, economicamente ativo e estável” (GAFFNEY, 2010, p. 17) O então presidente da CBF, Sr. Ricardo Teixeira, sugeriu que o torneio reduziria seus gastos através da contratação de 20 mil voluntários, uma chance única aos indivíduos em situação de pobreza do país de representar e trabalhar em um evento global.

Para financiar o projeto do Maracanã, o órgão estatal responsável pelo desenvolvimento e gestão de estádios no Rio de Janeiro (SUDERJ) apresentou um plano de privatização do Maracanã, colocando-o nas mãos dos quatro maiores clubes de futebol da cidade. Atualmente, a SUDERJ aluga o estádio para os clubes locais. No que concerne a privatização, os direitos relativos às áreas VIP seriam alugados para empresas e grupos particulares, ao passo que as equipes e os novos proprietários dividiriam o lucro oriundo da venda dos ingressos nas bilheterias. Mais uma vez, percebemos a implementação de um modelo norte-americano de gestão dos estádios em que o dinheiro público é utilizado para canalizar lucros de empresas e grupos privados.

Em Maio de 2009, o COL anunciou as doze cidades-sede da CM 2014. O custo inicial para a construção das novas arenas foi estimado em R\$ 4,35 bilhões. Esta estimativa equivale a um custo de R\$ 6.100 por assento nos estádios. Entre 2007 e 2009, o COL realizou uma competição entre as dezoito cidades pretendentes a sediar a competição, gerando uma verdadeira guerra política entre os municípios e estados do país através de projetos ambiciosos de infraestruturas e melhorias sociais. Nesse

momento, o Brasil não tinha nenhum estádio apropriado para receber jogos da CM de acordo com os critérios estabelecidos pela FIFA. Visto que o Pan 2007 havia sido um evento de grandes dimensões com um orçamento final dez vezes maiores que o orçamento inicial, poderíamos supor, nesse momento, que o custo da CM 2014 seria escandalosamente alto com novas estimativas constantes ao longo da preparação e construção das novas arenas. Enquanto muitos desses projetos de desenvolvimento de infraestrutura ficaram sob a égide do Programa Federal para o Desenvolvimento Acelerado (PAC), outros, como o trem de alta velocidade que ligaria o Rio de Janeiro a São Paulo, seriam concretizados pelas parcerias público-privadas. Uma dessas parcerias estava prevista para o Maracanã, que seria administrado e gerido por uma empresa privada por 35 anos após a CM.

Em 2 de Outubro de 2009, o COI nomeou o Rio de Janeiro como sede dos JO de 2016. Esta foi a terceira vez que o Rio de Janeiro se postulou aos JO e o custo coletivo das duas candidaturas precedentes é de aproximadamente U\$ 100 milhões. O processo de postulação para os JO de 2016 foi detalhada e complexa, encapsulando uma gama fenomenal de metas de desenvolvimento. A utilização dos discursos esportivos e o papel dos JO como mecanismo de transformação sócio-espacial são evidentes quando verificamos os focos principais dos projetos da cidade:

- Valores olímpicos subjacentes à educação e ao desenvolvimento social;
- JO como fator de desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro;
- Construção de um novo território para os JO;
- Projeção internacional do Brasil;
- Reforço da marca olímpica através da experiência dos JO;
- Planejamentos e renovações urbanas de longo prazo serão acelerados ou antecipados;
- Criação de uma compreensão globalizada do Brasil;
- Criação de benefícios através dos legados esportivos para toda a América do Sul.

Esses pontos destacam o papel que o Governo e os organizadores pretendiam dar aos JO enfatizando notadamente a aceleração dos projetos de modernização de infraestrutura no Rio de Janeiro. Frases enigmáticas, como a promoção do Brasil e a criação de uma compreensão global do país, são códigos para o marketing da cidade e da nação no que tange o capital global altamente volátil. A noção de aceleração do desenvolvimento está na vanguarda da oferta, mas as formas dos planos e planejamentos são deliberadamente vagos. Tal como acontece com a maioria dos megaeventos, o desenvolvimento engendrado é altamente desigual e tende a beneficiar os setores privados e as empresas de construção, criando espaços de lazer para residentes ricos e para turistas com alto poder aquisitivo. O aumento dos aparatos de

segurança que se tornaram características definidoras dos megaeventos globais efetivam a privatização dos espaços públicos, instalando mecanismos de vigilância e controle que continuarão em funcionamento durante longos períodos após o fim dos JO. Como já discutimos, as estruturas discursivas do esporte e do olimpismo em particular, impulsionam as transformações sócio-espaciais das cidades e países-sede dessas competições.

No contexto da preparação e candidatura do Rio de Janeiro, podemos observar a inclusão de valores olímpicos como base para um provável desenvolvimento da educação e de diversos aspectos sociais. O esporte apresenta um poder incontestável como ferramenta transformadora através da inclusão social e da educação. Como nação em desenvolvimento econômico acelerado, o Brasil tinha muito a ganhar com os programas educacionais e um provável engajamento da juventude no movimento olímpico. No entanto, os JO não são voltados apenas para a reforma das relações sociais. A inclusão da "sustentabilidade" como um pilar do movimento olímpico após os JO de Seul, em 1988, incentivou cada cidade-sede a desenvolver projetos audaciosos no que tange às questões ambientais, mesmo que a produção de carbono no desenrolar de um megaevento esportivo seja incomensurável. Segundo o Comitê Organizador do Rio de Janeiro, os JO representavam uma força transformadora sem precedentes, permitindo a renovação de áreas naturais frágeis, bem como o melhor funcionamento dos sistemas de transporte. O impacto para o Rio foi considerado incomparável, oferecendo uma oportunidade para a renovação da área portuária e arredores, a melhoria dos pontos de transporte público intermodal e a aceleração de programas ambientais prioritários com o objetivo de desenvolver uma cidade sustentável.

Ironicamente, a maioria das instalações construídas para o Pan 2007 foi construída em zonas úmidas na Barra de Tijuca. A maioria das infraestruturas habitacionais e desportivas foi construída sobre pilares de concreto que tinham de ser escavados 45 metros no subsolo. Além disso, os projetos das rodovias e do metrô previstos para os JO estavam projetados para circularem por bairros existentes e sob um grande espaço de reserva verde, diminuindo a qualidade da água e perturbando o habitat natural da fauna local. Para além de transformar as relações sócio-espaciais da cidade, a candidatura olímpica previa que os JO projetariam significativamente o Brasil, sua indústria e sua economia no cenário internacional.

Dessa maneira, os JO tornam-se um mecanismo para transformar o espaço da cidade, ao passo que atuam como uma plataforma para projetar essas transformações no cenário internacional. A investidura pública em megaeventos destina-se, por um lado, a fornecer instalações de classe mundial que atendam a uma classe turística internacional e, por outro lado, o desenvolvimento acelerado das infraestruturas presentes nos discursos politicamente neutros e universais do mundo esportivo. As transformações que os megaeventos causam são permanentes, impondo formas temporárias de governança e eliminando as instituições democráticas. Ademais, instalam

novos e duradouros mecanismos de vigilância e disciplina, criando e exacerbando simultaneamente geografias desiguais de poder dentro da cidade. Este processo provavelmente terá as mesmas consequências das reformas urbanas empreendidas no início do século XX que "(...) nunca solucionaram inteiramente a questão do controle social. Em vez disso, elas introduziram um novo conjunto de antagonismos e mudaram os contornos da luta entre aqueles que estavam se beneficiando do novo Rio e aqueles que não estavam fora desse projeto" (MEADE, 1997, p. 122).

Em resumo, a realização de um megaevento global abre novas oportunidades para a acumulação do capital, principalmente pelo setor imobiliário, instalando uma política despótica que ignora a diferença sócio-espacial no tecido urbano em favor de um plano neoliberal (PASINI; PONTES, 2006). Este plano foi executado pela APO (Autoridade Olímpica Pública). O APO tem poder de administrar o orçamento de R\$ 30 bilhões, de adquirir terras através de domínio eminente. É o órgão com autoridade máxima dos projetos dos JO, incluindo a segurança. O APO é uma instituição extragovernamental que tem imensos poderes sobre a cidade e tomadas de decisões nos próximos dez anos. Ninguém tem certeza de quanto poder o APO tem efetivamente, mas, após uma semana da sua criação, certos homens políticos estavam tranquilizando os habitantes que seus poderes seriam limitados. O provável candidato à chefia da APO nessa época, Sr. Ricardo Leyser Gonçalves, foi recentemente indiciado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pelo uso "irregular" de dinheiro público durante o Pan 2007.

Isso não quer dizer que mudanças urgentes nas infraestruturas urbanas do Brasil não sejam necessárias ou que os efeitos de megaeventos sejam totalmente negativos. No entanto, não está claro se os projetos dos megaeventos do Rio são consistentes com os planos de desenvolvimento da cidade no longo prazo. O grande estresse econômico na organização e preparação de um megaevento exige que "a maioria dos investimentos seja de responsabilidade pública e, em alguns casos, privada" (PREUSS, 2004, p. 234). Não há evidência que sugira que os projetos programados para a CM de 2014 ou JO de 2016 estejam visando os problemas crônicos do Rio de Janeiro. Para agravar ainda mais a situação:

[...] nos países em vias de desenvolvimento, o impacto econômico criado pelos JO é menor do que nos países industrializados (...) se os JO não forem capazes de gerar um desenvolvimento social nem um impacto econômico satisfatório, então, o único benefício seria a promoção da imagem da cidade no cenário internacional (PREUSS, 2004, p. 285).

À medida que a cidade do Rio de Janeiro avançar com seus planos de investir bilhões em megaeventos, é de extrema importância que haja uma maior participação popular nos processos de tomada de decisões para que esteja claro quais são as reais necessidades da cidade, sejam elas nos âmbitos sociais, ou econômicos.

Conclusões

Observando os discursos associados ao desenvolvimento das paisagens desportivas, obtemos uma visão unilateral quanto aos grandes centros urbanos e suas aplicações sociais, políticas e econômicas. Esta visão é parcial uma vez que no contexto dos JO constatamos uma suposta neutralidade política, onde os discursos sobre o amadorismo e sobre as “condições de igualdade” permanecem arraigadas na consciência pública. No início do século XX, o esporte era basicamente uma prática elitista. À medida que as práticas esportivas se infiltravam nas camadas socioeconômicas, elas eram impregnadas de discursos moralizantes associados aos mecanismos civilizadores. Semelhante ao planejamento urbano científico que pretendia sanear, civilizar e projetar uma imagem de cidade cosmopolita para os habitantes locais e turistas, a constelação desportiva também era um lugar e um espaço voltado para a disciplina social (GAFFNEY; MASCARENHAS, 2006; MEADE, 1997). Da mesma forma, os Jogos Pan-americanos de 2007, a CM de 2014 e os JO de 2016 e suas infraestruturas sócio-desportivas têm como objetivo a apropriação do dinheiro público para a reforma da cidade segundo os modos neoliberais de desenvolvimento urbano e social. Isto é consistente com a trajetória da cidade e os discursos políticos dos últimos anos (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000; LESSA, 2000). Em geral, aqueles que são contra os megaeventos ou que articulam alguma forma de resistência são tachados como antipatriotas, antiprogressistas e radicais.

Segundo Roche (2000, p. 7), “as análises críticas sobre megaeventos fornecem uma visão ampla sobre as estruturas, as mudanças e as inter-relações nas sociedades contemporâneas”. Os aspectos temporais e espaciais dos megaeventos fornecem imagens encapsuladas de cidades e culturas que se destinam a ser internalizadas e consumidas pelos moradores e pelos turistas dentro de um contexto de interesse político e financeiro. As cidades e os países-sede criam projetos enfatizando uma falsa esperança de reconstrução urbana destinada ao transporte público, turismo, esporte, lazer, empregabilidade e marketing internacional da região para atrair novos investimentos. Não obstante, estes projetos “megalomaniacos” possuem um custo público bilionário e deixam para trás legados ambíguos. A maioria dos megaeventos globais causaram perdas financeiras significativas aos países-sede, cessação temporária do processo democrático, produção de espaços militarizados e exclusivos, expropriação forçada e degradação ambiental (LENSKYJ, 2008). Megaeventos mundiais estão em estado contínuo de desenvolvimento, refletindo a cada edição as interseções e os dilemas entre o local e o global.

Megaeventos funcionam para disciplinar o espaço urbano e as relações sociais de maneiras distintas. Primeiramente, os megaeventos utilizam do espaço físico como forma de acúmulo de capital. Esse objetivo é alcançado através da canalização de dinheiro público para projetos de turismo, lazer, comunicações e transporte. Em segundo lugar, as instituições governamentais e os organismos desportivos internacionais exigem

das cidades-sede o financiamento completo das constelações desportivas, levando ao gasto público como forma de contemplar o interesse privado no longo prazo. No caso dos JO, o governo brasileiro foi obrigado a emitir um cheque em branco, garantindo qualquer custo ou prejuízo na preparação do evento. Tais ações levam ao aumento exorbitante dos orçamentos iniciais, tal qual foi verificado no caso do Pan 2007, ocasionando frequentemente problemas de superfaturamento e corrupção.

Em terceiro lugar, as instituições disciplinares, através dos seus discursos e mecanismos de controle, espalham-se por toda a cidade, principalmente nos estádios. A necessidade de criar corpos dóceis e disciplinados dentro das novas arenas se reflete pela imposição do controle dos indivíduos nos espaços públicos. Isto vai além do aumento do efetivo policial ou das câmeras de segurança, mas, pela implementação de programas sociais baseados somente no esporte sem que a educação seja contemplada e nem as obras públicas de lazer. Estes programas estão inseridos na lógica do esporte do alto rendimento, associado ao esporte profissional, o que, mais uma vez, favorece um sistema neoliberal de produção voltado para o lucro.

Ademais, os programas sociais associados aos diversos jogos visam inculcar códigos de ética e normas comportamentais que estejam de acordo com o "espírito olímpico". No entanto, tais ações servem para perpetuar os paradigmas dominantes do esporte e a política neoliberal. Utilizados como elementos da educação, os objetivos declarados desses programas sugerem que "através do esporte, jovens e crianças aprendam a superar obstáculos, respeitar regras, trabalhar em equipe e demonstrar solidariedade. Valores originários dos campos esportivos e que ajudam estes jovens a superar as dificuldades em busca de uma vida melhor" (GAFFNEY, 2010, p. 27). Não obstante, esses programas voltados para o adestramento de mentes e corpos estão envoltos em uma economia política global cada vez mais distante da atenuação dos abismos sociais e espaciais nos quais vivemos.

Por fim, os processos de transformação das cidades olímpicas são assustadoramente semelhantes ao conceito de "doutrina de choque", criado por KLEIN (2007), que sugere a implementação de políticas públicas extremas posteriormente aos desastres políticos, ambientais ou econômicos. Um dos elementos que Klein identifica como central para a transformação das estruturas políticas e econômicas é a imposição de formas temporárias e ilegais de governança que desaparecem uma vez a crise superada. Um exemplo foi a Autoridade Provisória da Coligação no Iraque pós-invasão, "gerando lucros extremos aos empreiteiros logo depois que o conflito foi amenizado" (KLEIN, 2007, p. 445). Similarmente, os Comitês Organizadores, responsáveis pelo financiamento e gestão dos orçamentos de megaeventos, são compreendidos como entidades autônomas temporárias, compostas pelas elites nacionais que não estão sujeitas a qualquer tipo de responsabilidade democrática ou legislação interna. Estes Comitês têm acesso a bilhões de dólares provenientes do orçamento público, possuem autonomia nos contratos e nas licitações, reivindicam terrenos públicos e usufruem da

segurança pública ou privada. Após o encerramento do megaevento, estes comitês são dissolvidos, deixando como rastro legados neoliberais nos planos políticos, econômicos e sócio-espaciais. Não há nenhum recurso legal para aqueles que sofreram danos pela presença dos megaeventos – no frígido dos ovos, os prejuízos financeiros são assumidos pelo poder público e os escândalos de corrupção se desvanecem.

A principal diferença entre a venda dos serviços públicos e o esvaziamento dos serviços estatais que Klein identifica como componente integrante das “doutrinas de choque” e a realização de megaeventos é que, neste último, o choque não é percebido como trauma, mas como uma manifestação esportiva/cultural altamente organizada. O megaevento está inevitavelmente inserido nos discursos nacionalistas e na transformação do espaço urbano, causando um desvio das verbas públicas como estímulo do lucro privado. Os megaeventos impõem mecanismos de militarização, privatização, mercado livre, branding global, esvaziamento dos serviços estatais e subsídio público de infraestruturas que se adaptam às exigências de forças cada vez mais móveis do capital global que são exatamente as mesmas impostas pelos regimes autoritários neoliberais. A cidade-sede do megaevento é impactada durante anos por projetos de construção, acumulação de dívidas, reestruturação do cotidiano, campanhas de mídia, chegada de milhares de turistas e militarização do espaço urbano. Estes choques reverberam através do tempo e do espaço enquanto os instrumentos de sua implementação se dissolvem na memória. Segundo Roche (2000, p.199), "podemos entender os megaeventos como 'interruptores centrais' no âmbito social e espacial que canalizam, misturam e redirecionam fluxos globais, além de serem periodicamente retroalimentados por eles". A criação da cidade olímpica neoliberal é, na verdade, a construção do que Davis e Bertrand (2007, p. 16) chamam de "Paraíso do Mal", onde "as megaestruturas olímpicas (...) surgem do trabalho dos operários imigrantes cujas casas são quartéis fétidos e acampamentos desolados". O Rio de Janeiro prometeu uma transformação completa da cidade, onde os trabalhadores responsáveis pelas obras de construção desciam diariamente das favelas e dos morros para arrumar os espaços para o acolhimento de turistas internacionais e estratos superiores da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensus**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

BOBROW-STRAIN, Aaron. **Intimate Enemies: Landowners, Power, and Violence in Chiapas**. Duke University Press Books, 2007.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. **Delirious Beijing: Euphoria and Despair in the Olympic Metropolis**. In: DAVIS, Mike; MONK, Daniel Bertrand (Org.), **Evil Paradises**. New York:

The New Press, p. 87-101, 2007.

BURBANK, Matthew; ANDRANOVICH, Gregory; HEYING, Charles. **Olympic Dreams: the Impact of Mega-Events on Local Politics**. London: Lynne Rienner, 2001.

DAVIS, Mike; BERTRAND, Daniel Monk. **Evil Paradises**. New York: The New Press, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: the birth of the prison**. Second edition. New York: Random House, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Security, territory, population**. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

GAFFNEY, Christopher. Mega-events and Socio-Spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. **Journal of Latin American Geography**, v. 9, n. 1, p. 7-29, 2010.

_____. **Temples of the Earthbound Gods: Stadiums in the Cultural Landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires**. Austin. TX: University of Texas Press, 2008.

GAFFNEY, Christopher; MASCARENHAS, Gilmar de Jesus. The Stadium as Disciplinary Space / O estádio como espaço disciplinar. **Esporte e Sociedade**, n. 1, 2006.

GOLD, John; GOLD, Margaret M. **Olympic Cities: City Agendas, Planning and the World's Games, 1892 – 2012**. New York: Routledge, 2007.

HARVEY, David. **Spaces of Hope**. Berkeley: University of California Press, 2004.

HERZOG, Larry. **Return to the Center: Culture, Public Space and City Building in a Global Era**. Austin, TX: University of Texas Press, 2006.

HORNE, John; MAZENREITER, Wolfram. **Sports Mega-Events: Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon**. Malden, MA: Blackwell, 2006.

JACKSON, Steve. **China to Eradicate Queue-Jumping**. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/6351667.stm>> Acesso em: 19 abr. 2007.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. New York: Picador, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **De L'État, Tome III: le mode de production étatique**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977.

LENSKYJ, Helen Jefferson. **Olympic Industry Resistance: Challenging Olympic Power and Propaganda**. Albany, NY: SUNY Press, 2008.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MASCARENHAS, Gilmar. Nada novo na geografia carioca. **Democracia Viva**, v. 35, n. 1, p. 47-50, 2006.

MEADE, Teresa. **"Civilizing" Rio: Reform and Resistance in a Brazilian City, 1889-1930**. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1997.

NEEDELL, Jeffrey. Rio de Janeiro and Buenos Aires: Public Space and Public Consciousness in Fin de Siècle Latin America. **Comparative Studies in Society and History**, v. 37, n. 3, p. 519-540, 1995.

NEW YORK TIMES. 22 Maio 2007. ROTHER, Larry. **For Pan-Am Games, the Big Race Is to the Starting Line**. Americas Section. Disponível em <nytimes.com>. Acesso em: 1 Julho, 2008.

OUTTES, Joel. Disciplining Society through the City: The Genesis of City Planning in Brazil and Argentina (1894-1945). **Bulletin of Latin American Research**, v. 22, n. 2, p. 137-164, 2003.

PASINI, Isabela L. P; PONTES, Jeferson Alexandre. **Jogos Pan-Americanos 2007: rearranjos sócio-espaciais na cidade do Rio de Janeiro**. 2006. Disponível em: <http://br.geocities.com/fporj/REARRANJOSESPACIAIS.htm>. Acesso em: 3 Maio, 2009.

PREUSS, Holger. **The Economics of Staging the Olympics: a comparison of the Games 1972-2008**. Northampton, MA: Edward Elgar, 2004.

RIO DE JANEIRO 2016 ORGANIZING COMMITTEE (RJOCOG). **Candidature**

Acceptance Application for Rio de Janeiro to host the 2016 Olympic and Paralympic Games. Disponível em: <www.rio2016.org>. Acesso em: 12 Junho 2009.

ROCHE, Maurice. **Mega-Events and Modernity: Olympics and Expos in the Growth of Global Culture.** New York: Routledge, 2000.

SUDERJ (Superintendência de Deportes do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em: <<http://www.suderj.rj.gov.br>>. Acesso em 2 Abr., 2008.

VAINER, Carlos. Patria, Empresa, e Mercadoria. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensus.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. p. 75-103.

Endereço para correspondência

Rua Santo Antônio do Monte 579, ap. 302 – Santo Antônio – BH – MG – Brasil.

Recebido em:

10/11/2016

Aprovado em:

20/11/2016